

Primeira República no Brasil: política

Teoria

Governo provisório (1889–1891)

Uma vez proclamada a República, foi estabelecido um governo provisório, ao qual Deodoro da Fonseca esteve à frente. Nesse contexto, existia uma disputa ideológica sobre qual deveriam ser os passos futuros do país, marcada pela participação dos positivistas, dos jacobinos e dos liberais.

Como ainda era um momento de insegurança em relação à implantação da República, Deodoro implementou uma série de **medidas autoritárias**, visando abafar possíveis levantes contra o golpe republicano. Entre essas medidas, podemos citar o Decreto de n.º 1.069, de dezembro de 1890, que criou uma comissão militar para julgar possíveis crimes de conspiração contra a República e o seu governo. A junta militar também seria responsável por controlar as produções da imprensa, que era acusada de insuflar a população contra o regime republicano.



Além disso, ainda em 1889, o presidente promoveu a naturalização de todos os estrangeiros que residiam no país e que não se manifestassem contra tal ação, no processo que ficou conhecido como a Grande Naturalização. E, como já vimos, desde o início da República, o Congresso tomou medidas para impulsionar a vinda de imigrantes de forma massiva para o país.

Entre as medidas instituídas durante o governo provisório, podemos citar:

- fim da pena de morte (menos em um estado de guerra);
- separação entre o Estado e a Igreja;
- fim do padroado;
- instituição do casamento civil;
- instituição do registro civil;
- criação do Código Criminal da República.



Pega a visão: durante um bom tempo, a Primeira República foi conhecida como “República Velha”, nome que cunhado pelos revolucionários/golpistas de 1930 com a intenção de legitimar o novo governo que surgia após o golpe de Vargas. Contudo, historiadores vêm buscando modificar essa nomenclatura, porque ela acaba aplicando um juízo de valor ao período que não cabe à História fazer.

A construção positivista do Brasil republicano

Imbuídos pelos ideais positivistas, o lema que guiava os políticos que estavam pensando esse Brasil republicano era: “O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim”, frase que é associada a Auguste Comte. (*Já ouviu esse lema em algum lugar por aí?!*)

Baseados no ideal de progresso, esses positivistas acreditavam que somente por meio do cientificismo o país poderia deixar de lado o retrocesso e seguir rumo à industrialização e o desenvolvimento econômico. Vale ressaltar que os ideais positivistas foram adaptados para a realidade brasileira e adotados principalmente pelos militares.



Um dos exemplos dessa valorização da ciência e da razão está na formulação do sistema educacional, com a laicização do ensino e a reestruturação do Ensino Superior no país. Na vida prática, por exemplo, essa valorização da ciência se deu mediante a proibição da atuação de curandeiros, como presente no seguinte artigo do Código Penal de 1890:

Art. 158. Ministar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício denominado curandeiro.

Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, 1890.

Assim, para dar conta do novo sistema de governo, foi convocada uma Constituinte que elaboraria a primeira Constituição republicana do Brasil. O documento foi construído em torno da ideia de ratificar as decisões que já vinham sendo implantadas pelo Governo Provisório de Deodoro da Fonseca.

A Constituição elaborada estabeleceu o voto direto e aberto para presidentes e vice-presidentes, assim como para senadores e deputados, acabando com o voto censitário (ou seja, restrição por condições financeiras), da Constituição de 1824. No entanto, somente homens alfabetizados com mais de 21 anos tinham direito ao voto. Também estavam excluídas pessoas em situação de rua e membros de ordens monásticas.

Na prática, como o voto era aberto (não secreto), manipulações e intimidações de eleitores pelos candidatos da elite eram comuns, resultando no fenômeno do coronelismo – *o qual será abordado nas próximas aulas*. Com a adoção do federalismo, os estados tinham mais autonomia e podiam criar suas próprias leis. E, em relação à religião, foi determinada a laicidade do Estado brasileiro e estabelecida a liberdade de culto.

A renúncia de Deodoro e o governo de Floriano Peixoto (1891–1894)

Após a promulgação da nova Constituição, foram realizadas eleições indiretas, que elegeram **Deodoro da Fonseca** presidente do Brasil. Em seu mandato, Deodoro adotou uma postura autoritária, o que o levou a um confronto político com o Congresso. Em 1891, ele encontrava dificuldades de negociar com as bancadas dos estados, sobretudo com os produtores de café, e fechou o Congresso Nacional. Após ser pressionado pela Revolta da Armada, Deodoro renunciou.

marechal de ferro

O vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, assumiu seu lugar e não convocou eleições presidenciais, como previa a Constituição. Foi acusado de ocupar a presidência ilegalmente, e diversos movimentos de oposição se iniciaram, liderados por setores da Marinha, como a Segunda Revolta da Armada. Esse movimento empreendeu, inclusive, bombardeios aos fortes do litoral da capital, Rio de Janeiro. Embora fossem maioria na Marinha, os revoltosos não tinham apoio popular e enfrentaram forte oposição no Exército, com a adesão de milhares de jovens a batalhões de apoio ao presidente na capital federal e nos estados.

Um dos principais grupos a apoiar a permanência de Floriano no poder foram os jacobinos. Tal grupo era marcado pelo ideal republicano radical e a defesa de um governo forte, baseado – em alguma medida – nas ideias positivistas. O nome do grupo político é uma referência direta aos revolucionários da Revolução Francesa. Eles viam na monarquia e no império brasileiro, marcados pela corrupção, um sinônimo de retrocesso.

Em março de 1894, a Revolta da Armada havia sido sufocada. Marechal Floriano Peixoto tornou-se o “homem forte” da República, ficando conhecido como “marechal de ferro”. Governou até novembro de 1894, quando passou o cargo a Prudente de Moraes, que se tornou o primeiro presidente civil eleito do Brasil.

Apesar de ter sido uma entre tantas rebeliões da última década do século XIX, a Revolta da Armada evidenciou as cisões da jovem República brasileira. As rivalidades entre os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto ficaram evidentes, assim como as discordâncias entre as instituições que deveriam sustentar o regime, como a Marinha e o Exército.

A heroicização de Tiradentes



Uma das iniciativas dos republicanos logo após o golpe foi a criação de símbolos políticos e heróis, a fim de aproximar a República da população e legitimar a nova forma de governo. Apesar disso, não era possível negar o passado monárquico do país. Então, algumas coisas foram mantidas, como as cores verde e amarela presentes na bandeira brasileira.

Tiradentes, um dos participantes da Conjuração Mineira, permaneceu esquecido durante o Império brasileiro. No entanto, com a Proclamação da República, sua imagem de herói foi construída para exaltar os ideais republicanos. A partir de então, ele foi retratado como mártir e associado a ideias de um herói nacional.

O principal objetivo dessa construção era fortalecer o projeto político republicano e conquistar a adesão social. Em consequência disso, o dia de sua execução, 21 de abril, foi estabelecido como feriado, e sua imagem passou a ser retratada, muitas vezes, com semelhança a Cristo crucificado, uma forma de reforçar a imagem de Tiradentes como mártir e herói.

A República Oligárquica (1894–1930)

O primeiro presidente civil eleito foi Prudente Moraes (1894–98), marcando o início da hegemonia dos cafeicultores e o início da chamada República Oligárquica. O “governo de poucos” estava ligado à consolidação do café como o carro-chefe da economia brasileira desde a segunda metade do

século XIX. O domínio do produto evidenciou o poderio dos cafeicultores, que, a partir de 1894, passaram a dominar o cenário político brasileiro.

Tal controle só foi possível porque a Constituição de 1891 pautou o **federalismo** como forma de governo e assegurou a autonomia dos Estados brasileiros. Entre os artigos da carta que facilitaram o domínio regional dos coronéis e a atuação dos cafeicultores a nível nacional, podemos destacar seis:

- **Art. 1º** - A Nação brasileira adota como forma de Governo, sob o regime representativo, a República Federativa, proclamada a 15 de novembro de 1889, e constitui-se, por união perpétua e indissolúvel das suas antigas Províncias, em Estados Unidos do Brasil.
- **Art. 2º** - Cada uma das antigas Províncias formará um Estado e o antigo Município Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao disposto no artigo seguinte.
- **Art. 3º** - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.
- **Art. 5º** - Incumbe a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração; a União, porém, prestará socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitar.
- **Art. 6º** - O Governo federal não poderá intervir em negócios peculiares aos Estados, salvo: (...)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

Próximo do fim da República das Espadas e do governo de Floriano Peixoto, surgiu uma série de partidos políticos republicanos que atuavam a nível regional, contudo quem tomou a frente no processo foi o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Ambos surgiram no contexto de crise do império e acabaram se fortalecendo politicamente com a Proclamação da República.

Assim, no governo de Campos Sales (1898–1902), uma fórmula política duradoura foi elaborada: a “**política dos governadores**”. Com ela, o presidente da república apoiava os governos estaduais e seus aliados (as oligarquias estaduais) e, em troca, os governadores garantiam a eleição para o Congresso dos candidatos oficiais. Com isso, o Legislativo, constituído por deputados e senadores aliados ao presidente – Poder Executivo – aprovavam leis de seu interesse. Evitava-se, assim, o conflito entre os poderes.

Logo, em cada Estado existia uma elite dominante que, aliando-se ao governo federal, se perpetuava no poder. Existia também uma oligarquia que dominava o poder federal, representada pelos políticos paulistas e mineiros. A aliança entre São Paulo e Minas Gerais, os estados mais poderosos e cujos líderes políticos se revezavam na presidência, ficou conhecida como “**política do café com leite**”.

Em suma, era uma troca de favores políticos entre governadores e presidente. O presidente apoiava os candidatos dos partidos governistas nos estados, enquanto estes políticos davam suporte à candidatura presidencial. As principais peças da política dos governadores foram a Comissão de Verificação e o Coronelismo.



Comissão de Verificação

Como não havia justiça eleitoral durante a Primeira República, a aceitação dos resultados da eleição era feita pelo poder Legislativo, por meio da Comissão de Verificação. Essa comissão, formada por deputados, oficializava os resultados das eleições. O presidente da república podia, com o controle que exercia sobre a comissão, legalizar qualquer resultado que conviesse a seus interesses, mesmo no caso de fraudes, o que – vale lembrar – não eram raras. Havia, além disso, **a degola**.

Essa prática alicerçou a corrupção eleitoral na Comissão Verificadora de Poderes. Os candidatos vitoriosos nas urnas que não haviam sido indicados pelos latifundiários eram “degolados” pela Comissão, ou seja, impedidos de tomar posse.

O coronelismo

O título de coronel – recebido ou comprado – era uma patente da Guarda Nacional, criada durante a Regência. Geralmente o termo era utilizado para designar os fazendeiros mais ricos de uma determinada região.

Com a Proclamação da República e a adoção do federalismo, os coronéis passaram a ser figuras dominantes no cenário político dos municípios. O coronel era um grande fazendeiro que utilizava seu poder econômico para garantir a eleição dos candidatos que apoiava.

Era usado o voto de cabresto, em que o coronel (fazendeiro) se utilizava da violência para que os eleitores de seu “**curral eleitoral**” votassem nos candidatos apoiados por ele. Como o voto era aberto, os eleitores eram pressionados e fiscalizados por capangas do coronel, para que votassem nos candidatos indicados. O coronel também utilizava outros “recursos” para conseguir seus objetivos políticos, tais como: compra de votos, votos-fantasmas, troca de favores, fraudes eleitorais e violência.

Convênio de Taubaté

O crescimento acelerado da produção cafeeira nos primeiros anos do século XX fez com que sua oferta fosse maior do que a procura. Com isso, o preço do café despencou no mercado internacional. O Convênio de Taubaté (1906) foi a maneira encontrada para solucionar esse problema. Cafeicultores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concluíram que, para reduzir a oferta de café, os governos estaduais deveriam contrair empréstimos e adquirir parte da produção.



Dessa forma, quando o preço do café baixava muito, os governos compravam o excedente de café e estocavam. Esta política mantinha o preço do café, principal produto de exportação, sempre em alta e garantia os lucros dos fazendeiros.

Exercícios de fixação

1. Entre as formas criadas pela oligarquia cafeeira para se manter revezando no poder, podemos citar a(o)/os
 - (A) Funding Loan.
 - (B) Política dos governadores.
 - (C) incentivo a imigração.
 - (D) partidos republicanos.

 2. Um dos principais pontos de descontentamento com a figura de Deodoro da Fonseca foi o (a):
 - (A) Autoritarismo.
 - (B) Positivismo.
 - (C) Expansionismo.
 - (D) Liberalismo.

 3. O mecanismo que permitiu o domínio dos coronéis a nível regional foi o(a)
 - (A) construtivismo.
 - (B) federalismo.
 - (C) anarquismo.
 - (D) unitarismo.

 4. A “política do café com leite” consistia no revezamento de políticos de quais estados brasileiros na presidência?
 - (A) Minas Gerais e Pará.
 - (B) Rio Grande do Sul e Paraíba.
 - (C) São Paulo e Minas Gerais.
 - (D) Rio de Janeiro e São Paulo.

 5. Um dos mecanismos que facilitavam o domínio dos coronéis sobre os eleitores era o(a)
 - (A) voto secreto.
 - (B) poder de veto.
 - (C) degola.
 - (D) voto aberto.
-

Exercícios de vestibulares



1. (Enem, 2018) Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, 1890

Dos crimes contra a saúde pública

Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos.

Art. 158. Ministrare, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o ofício denominado curandeiro

Disponível em: <http://legis.senado.gov.br>. Acesso em: 21 dez. 2014 (adaptado).

No início da Primeira República, a legislação penal vigente evidenciava o(a)

- (A) negligência das religiões cristãs sobre as moléstias.
 - (B) desconhecimento das origens das crenças tradicionais.
 - (C) preferência da população pelos tratamentos alopáticos.
 - (D) abandono pela comunidade das práticas terapêuticas de magia.
 - (E) condenação pela ciência dos conhecimentos populares de cura.
2. (Enem PPL, 2020) Sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. No Império, como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, os praças de pré, os membros de ordens religiosas.

CARVALHO, J. M. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

A restrição à participação eleitoral mencionada no texto visava assegurar o poder político aos(às)

- (A) assalariados urbanos.
 - (B) oligarquias regionais.
 - (C) empresários industriais.
 - (D) profissionais liberais.
 - (E) círculos militares.
-

3. (Enem, 2013) Nos estados, entretanto, se instalavam as oligarquias, de cujo perigo já nos advertia Saint-Hilaire, e sob o disfarce do que se chamou "a política dos governadores". Em círculos concêntricos esse sistema vem cumular no próprio poder central que é o sol do nosso sistema.

PRADO, P. *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

A crítica presente no texto remete ao acordo que fundamentou o regime republicano brasileiro durante as três primeiras décadas do século XX e fortaleceu o (a)

- (A) poder militar, enquanto fiador da ordem econômica.
 - (B) presidencialismo, com o objetivo de limitar o poder dos coronéis.
 - (C) domínio de grupos regionais sobre a ordem federativa.
 - (D) intervenção nos estados, autorizada pelas normas constitucionais.
 - (E) isonomia do governo federal no tratamento das disputas locais.
4. (Enem digital, 2020) No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfacelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse projeto impotente. Com que alegria cantavam elas — as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam o que elas diziam, no clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte.

BILAC, O. *Crônica* (1904). Apud SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

De acordo com o texto, a "picareta regeneradora" do alvorecer do século XX significava a

- (A) erradicação dos símbolos monárquicos.
 - (B) restauração das edificações seculares.
 - (C) interrupção da especulação imobiliária.
 - (D) reconstrução das moradias populares.
 - (E) reestruturação do espaço urbano.
-

5. (Enem, 2010) O artigo 402 do Código penal Brasileiro de 1890 dizia: Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação de capoeiragem: andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumulto ou desordens. Pena: Prisão de dois a seis meses.

SOARES, C. E. L. *A Negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro: 1850-1890*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994 (adaptado).

O artigo do primeiro Código Penal Republicano naturaliza medidas socialmente excludentes. Nesse contexto, tal regulamento expressava:

- (A) a manutenção de parte da legislação do Império com vistas ao controle da criminalidade urbana.
- (B) a defesa do retorno do cativo e escravidão pelos primeiros governos do período republicano.
- (C) o caráter disciplinador de uma sociedade industrializada, desejosa de um equilíbrio entre progresso e civilização.
- (D) a criminalização de práticas culturais e a persistência de valores que vinculavam certos grupos ao passado de escravidão.
- (E) o poder do regime escravista, que mantinha os negros como categoria social inferior, discriminada e segregada.



6. (Enem, 2014) O problema central a ser resolvido pelo Novo Regime era a organização de outro pacto de poder que pudesse substituir o arranjo imperial com grau suficiente de estabilidade. O próprio presidente Campos Sales resumiu claramente seu objetivo: “É de lá, dos estados, que se governa a República, por cima das multidões que tumultuam agitadas nas ruas da capital da União. A política dos estados é a política nacional”.

CARVALHO, J. M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 (adaptado).

Nessa citação, o presidente do Brasil no período expressa uma estratégia política no sentido de

- (A) governar com a adesão popular.
- (B) atrair o apoio das oligarquias regionais.
- (C) conferir maior autonomia às prefeituras.
- (D) democratizar o poder do governo central.
- (E) ampliar a influência da capital no cenário nacional.

7. (Enem, 2016) O coronelismo era fruto de alteração na relação entre os proprietários rurais e o governo, e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel. Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, com base em barganhas entre o governo e os coronéis. O coronel tem o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de voto.

CARVALHO, J. M. Pontos e bordados: escritos de história política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998 (adaptado).

No contexto da Primeira República no Brasil, as relações políticas descritas baseavam-se na

- (A) coação das milícias locais
- (B) estagnação da dinâmica urbana
- (C) valorização do proselitismo partidário
- (D) disseminação de práticas clientelistas
- (E) centralização de decisões administrativas.

8. (Enem, segunda aplicação, 2017)

Art. 1º – O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º – São também causas bastantes para a expulsão:

1ª) a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;

2ª) duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum;

3ª) a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados.

BRASIL. Lei 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 29 ago. 2012 (adaptado).

No início do século XX, na transição do trabalho escravo para o livre, os objetivos da legislação citada eram

- (A) disciplinar o trabalhador e evitar sua participação em movimentos políticos contrários ao governo.
- (B) estabelecer as condições para a vinda dos imigrantes e definir as regiões que seriam ocupadas.
- (C) demonstrar preocupação com as condições de trabalho e favorecer a organização sindical
- (D) criar condições políticas para a imigração e isolar os imigrantes socialmente indesejáveis
- (E) estimular o trabalho urbano e disciplinar as famílias estrangeiras nas fábricas.

9. (Enem, 2017) O instituto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão de glória. Merecem, decerto, a nossa estima aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecadores de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.

ASSIS, M. *Gazeta de Notícias*, n. 114, 24 abr. 1892.

No processo de transição para a República, a narrativa machadiana sobre a Inconfidência Mineira associa

- (A) redenção cristã e cultura cívica
 - (B) veneração aos santos e radicalismo militar.
 - (C) apologia aos protestantes e culto ufanista.
 - (D) tradição messiânica e tendência regionalista.
 - (E) representação eclesiástica e dogmatismo ideológico.
10. (Enem, 2010)

I – Para consolidar-se como governo, a República precisava eliminar as arestas, conciliar-se com o passado monarquista, incorporar distintas vertentes do republicanismo. Tiradentes não deveria ser visto como herói republicano radical, mas sim como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro.

CARVALHO, J. M. C. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

II – Ei-lo, o gigante da praça, / O Cristo da multidão!

É Tiradentes quem passa / Deixem passar o Titão.

ALVES, C. *Gonzaga ou a revolução de Minas*. In: CARVALHO, J. M. C. *A formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

A 1ª República brasileira, nos seus primórdios, precisava constituir uma figura heroica capaz de congregar diferenças e sustentar simbolicamente o novo regime. Optando pela figura de Tiradentes, deixou de lado figuras como Frei Caneca ou Bento Gonçalves. A transformação do inconfidente em herói nacional evidencia que o esforço de construção de um simbolismo por parte da República estava relacionado

- (A) ao caráter nacionalista e republicano da Inconfidência, evidenciado nas ideias e na atuação de Tiradentes.
- (B) à identificação da Conjuração Mineira como o movimento precursor do positivismo brasileiro.
- (C) ao fato de a proclamação da República ter sido um movimento de poucas raízes populares, que precisava de legitimação.
- (D) à semelhança física entre Tiradentes e Jesus, que proporcionaria, ao um povo católico como o brasileiro, uma fácil identificação.
- (E) ao fato de Frei Caneca e Bento Gonçalves terem liderado movimentos separatistas no Nordeste e no Sul do país.

Se liga!

Sua específica é Humanas e quer continuar treinando esse conteúdo?
[Clique aqui](#) para fazer uma lista extra de exercícios.

Gabaritos

Exercícios de fixação

- 1. B**

Por meio da criação da política dos governadores, o governo central apoiava os governos estaduais e seus aliados (as oligarquias estaduais); em troca, os governadores garantiam a eleição para o congresso dos candidatos oficiais apontados por São Paulo e Minas Gerais.
- 2. A**

O marechal Deodoro da Fonseca foi um presidente extremamente autoritário, impondo aos governantes suas regras e fechando as instituições republicanas quando tinha interesse. Isso levou a uma crise de seu governo.
- 3. B**

O federalismo, instituído na Constituição de 1891, facilitou o emprego da política dos governadores e o domínio dos coronéis a nível regional, devido à autonomia que concedia aos estados brasileiros.
- 4. C**

Com a criação da “política do café com leite”, São Paulo e Minas Gerais revezavam na presidência da República graças à existência da política dos governadores e do coronelismo, que garantia que os candidatos apontados pelos partidos republicanos desses dois estados ganhassem as eleições.
- 5. D**

O voto aberto permitia que os coronéis controlassem os votos dos seus funcionários e manipulassem as eleições, a fim de alcançar seus objetivos políticos por meio de chantagens, troca de favores, ameaças ou compra de votos.

Exercícios de vestibulares

- 1. E**

A legislação penal evidentemente proibia a prática do curandeiro, algo muito comum no Brasil. A sua proibição precisa ser contextualizada com a influência do positivismo sobre a República que estava nascendo, uma vez que ele defendia o cientificismo como uma das suas principais pautas.
 - 2. B**

A Constituição elaborada durante a República da Espada estabeleceu o voto direto e aberto para presidentes e vice-presidentes, o que permitiu a criação de mecanismos que foram utilizados para controlar os votos e manter o poder concentrado na mão das elites regionais.
 - 3. C**

O trecho destacado aponta que a autonomia dos estados brasileiros, que tinha na política dos governadores o seu principal exemplo, fazia com que grupos locais, tanto os coronéis quanto as oligarquias regionais, tivessem predominância sobre o poder do governo federal.
-

- 4. E**
O autor faz uma alusão às reformas urbanas e à política de higienização que tomou conta do país durante as primeiras décadas do século XX, principalmente na capital, o Rio de Janeiro. As “picaretas regeneradoras” representavam a mudança para o tão desejado ideal de modernidade, que era baseado no estilo europeu.
 - 5. D**
O código penal criminalizava a capoeira, que é uma prática cultural dos povos negros construída durante o período da escravidão, e associava tal prática à violência, destinando os capoeiristas à prisão.
 - 6. B**
A frase de Campos Salles representa bem o que foi a política durante o período oligárquico, ou seja, uma estrutura dependente das elites regionais e dos coronéis para conseguir se perpetuar no poder e governar. É por isso que ele afirma que “É de lá, dos estados, que se governa a República”. Além disso, a frase aponta para a escolha do federalismo como forma de Estado.
 - 7. D**
Os coronéis, para garantir resultados favoráveis aos seus esquemas políticos nas eleições, usavam diversas formas de manipulação, como a violência, a fraude eleitoral e até o clientelismo, trocando votos por pequenos benefícios para os eleitores.
 - 8. A**
Com a entrada massiva de imigrantes no país para servir como mão de obra na produção cafeeira ou na indústria brasileira, várias ideologias, como o socialismo, o anarquismo e a própria organização sindical, que já circulavam na Europa e no continente americano em alguma medida, foram ganhando força entre os trabalhadores. Portanto, o Governo Central tratou de criar leis que dificultavam a organização dos proletários – nesse caso, os estrangeiros.
 - 9. A**
No texto de apoio podemos perceber que Machado de Assis mobiliza termos como “patriota”, “glória” e “martírio” em um contexto republicano que buscou valorizar a imagem de Tiradentes. Tendo em vista tais palavras, podemos associar às ideias de redenção cristã e de cultura cívica.
 - 10. C**
A Proclamação da República foi feita, basicamente, por militares e sem o apoio da população no geral; portanto, os líderes republicanos precisaram criar uma narrativa com símbolos e heróis que remetessem ao republicanismo, com o intuito de aproximar a população e legitimar o novo modelo político.
-